

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 162.295 - MG (2018/0308524-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**SUSCITANTE** : **COMPANHIA ENERGETICA VALE DO SAO SIMAO - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **RICARDO CÉSAR DOSSO - SP184476**  
**MURILO DELAPIERI CARRASCOSA E OUTRO(S) - SP375129**  
**OTÁVIO MIGUEL CARVALHO - SP384603**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE SANTA VITÓRIA - MG**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DA 2A VARA DO TRABALHO DE ARARAQUARA - SP**  
**INTERES.** : **EDNO GOMES PINTO**

**EMENTA**

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. SOCIEDADE EMPRESARIAL EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUÍZO TRABALHISTA. INEXISTÊNCIA DE ATOS CONSTRITIVOS ATUAIS. AUSÊNCIA DE DECISÕES CONFLITANTES. CONFLITO NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Companhia Energética Vale do São Simão - em Recuperação Judicial suscita o presente conflito positivo de competência apontando como suscitados o Juízo de Direito da Vara Única de Santa Vitória/MG e o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Araraquara/SP.

Alega a suscitante que ingressou com pedido de recuperação judicial, cujo processamento foi deferido pelo Juízo de Direito de Santa Vitória/MG, sendo que o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Araraquara/SP, no qual tramita a Reclamação Trabalhista n. 0000335-49.2013.5.15.0154, determinou, em momento posterior ao deferimento da recuperação judicial, a realização de bloqueio *on-line* em suas contas bancárias, por meio do BACENJUD.

Afirma que o Juízo Laboral, ao exarar ordens de natureza executiva, ingressa em competência exclusiva do Juízo da Recuperação Judicial, que é competente para resolução de todas as questões relativas aos créditos e débitos da empresa recuperanda.

Busca, dessa forma, o deferimento liminar para que "seja determinada a

imediata suspensão do processamento da Execução Trabalhista n. 0000335-49.2013.5.15.0154, em trâmite perante a 2ª Vara do Trabalho de Araraquara/SP, com a suspensão dos efeitos das decisões emanadas do Juízo suscitado a partir da data dos acordos firmados, sobretudo com a revogação dos atos constritivos realizados, designando-se o MM. Juízo da Vara Única de Santa Vitória-MG para dirimir, em caráter provisório, quaisquer questões urgentes até o julgamento final do presente conflito de competência" (e-STJ, fls. 15-16).

O pedido liminar foi deferido para determinar a "imediata suspensão dos atos executórios promovidos pelo Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Araraquara/SP, nos autos da Reclamação Trabalhista n. 0000335-49.2013.5.15.0154, que importem na constrição de bens da empresa suscitante, ficando designado o Juízo de Direito da Vara Única de Santa Vitória/MG para dirimir, em caráter provisório, as questões urgentes" (e-STJ, fl. 124).

Os Juízos suscitados apresentaram as informações solicitadas (e-STJ, fls. 141-143 e 144-150).

O Ministério Público Federal ofertou parecer pelo não conhecimento do conflito (e-STJ, fls. 154-156).

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, nos termos do art. 66 do CPC de 2015, somente se configura conflito positivo de competência quando dois ou mais juízes se consideram competentes para o julgamento de uma mesma causa.

No caso dos autos, colhe-se das informações apresentadas pelo Juízo Laboral (e-STJ, fls. 144-150) que "o juízo laboral, ao tomar conhecimento da instauração desse conflito, determinou a suspensão dos atos de execução e a expedição de certidão para a habilitação do crédito apurado na reclamatória trabalhista junto ao juízo universal."

Nesse contexto, não há decisões conflitantes entre os Juízos Suscitados, o que inviabiliza a caracterização, portanto, do alegado conflito positivo de competência.

Ante o exposto, não conheço do presente conflito.

Dê-se ciência aos Juízos suscitados.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

